

# RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA: O CASO DOS ESCRAVOS FUGITIVOS RECAPTURADOS EM ANGOLA, 1846-1876\*

José C. Curto\*\*

*E*ste ensaio trata de dois problemas que, embora distintos para alguns, fazem parte de um único processo histórico. O primeiro é o da resistência à escravidão. Este tema tem recebido grande atenção acadêmica nas Américas, onde o fenômeno é apresentado essencialmente como endógeno. Em terras africanas, a fonte dos milhões de cativos deportados para as Américas, a resistência à escravidão não era menos significativa. Todavia este fenômeno tem recebido comparativamente pouca atenção por parte de africanistas. Entre os casos relativos às terras africanas sobre as quais existe alguma literatura, o de Angola mostra claramente que a resistência à escravidão, especialmente a fuga, possui um passado tão longo quanto agudo. A segunda parte deste ensaio enfoca mais de três mil casos de escravos fugitivos recapturados em Angola entre 1846 e 1876. A informação quantitativa aqui apresentada é meramente preliminar.<sup>1</sup> Mesmo as-

---

\* Versões anteriores deste artigo, originalmente escrito em inglês, foram apresentadas ao *Workshop on Database Construction and the African Diaspora*, York University, Toronto, 2 12/07/2002; às conferências *Escravidão Africana e Tráfico Atlântico nas Américas*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 02-04/06/2003 e *Rompiendo el Silencio: Identidades, Racismo y Exclusión*, Universidad de Costa Rica, 06/02/2004; e ao Programa de Mestrado em História de África, Universidade de Lisboa, 29/06/2004. Meus agradecimentos a Mariana P. Candido, doutoranda, Departamento de História, Universidade York, Toronto, pela revisão da tradução em português e a Jeremy R. Ball, Paul E. Lovejoy, Joseph C. Miller, Isabel Castro Henriques, Mariza de Carvalho Soares, e Rina Cáceres pelos comentários construtivos.

\*\* Departamento de História, York University, Toronto.

<sup>1</sup> Esta informação faz parte de uma base de dados que corrobora a minha pesquisa em andamento, "Resistance to Slavery: Recaptured Slaves in Angola, 1846-1876", generosamente financiada pela Faculdade de Letras da York University, Toronto.

sim, articulados com a historiografia existente, os números indicam uma cultura de resistência à escravidão que se prolongou até os últimos dias da instituição. Em suma, o fenômeno da resistência à escravidão não tem suas origens nas Américas, mas em terras africanas, dando assim início a um processo histórico que transcendeu as partes constituintes do mundo atlântico.

Quando, em 1969, Philip Curtin publicou sua avaliação do tráfico atlântico de escravos, ele nos deixou muito mais do que uma correção na história das estimativas então correntes sobre a maior migração no mundo antes do princípio do século dezenove.<sup>2</sup> Este trabalho deu origem a uma verdadeira indústria de publicações sobre o tráfico de escravos e a escravidão na África.<sup>3</sup> Esta literatura, por sua vez, tornou-se um dos temas principais da nova historiografia africana. Mas nem todos os aspectos do tráfico de escravos ou da escravidão na África têm recebido a mesma atenção acadêmica. Entre os temas negligenciados está a questão da resistência, uma problemática por cuja investigação os historiadores da África têm mostrado pouco interesse. Até hoje, a literatura publicada especificamente sobre esta questão permanece comparativamente pequena, com uma única coletânea de ensaios<sup>4</sup> e uns quarenta trabalhos entre artigos em periódicos e capítulos de livros.<sup>5</sup> Além destes trabalhos, existe um pequeno número de monografias que enfocam esta problemática,<sup>6</sup> e outras que tratam o tema ainda que em breves passagens.<sup>7</sup>

---

<sup>2</sup> Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison, University of Wisconsin Press, 1969.

<sup>3</sup> A literatura é vasta demais para ser citada aqui. Entretanto, ver a bibliografia das fontes secundárias em Paul E. Lovejoy, *Transformations in Slavery: a History of Slavery in Africa*, 2ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2000 [1983].

<sup>4</sup> Sylviane A. Diouf (org.), *Fighting the Slave Trade: West African Strategies*, Athens, OH, Ohio University Press, 2003.

<sup>5</sup> Ver as notas 18 a 21.

<sup>6</sup> Robert Ross, *Cape of Torments: Slavery and Resistance in South Africa*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1983; Nigel Worden, *Slavery in Dutch South Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985; Fred Morton, *Children of Ham: Freed Slaves and Fugitive Slaves on the Kenya Coast, 1873-1907*, Boulder, Westview Press, 1990; Paul E. Lovejoy e Jan S. Hogendorn, *Slow Death for Slavery: the Course of Abolition in Northern Nigeria, 1897-1936*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993; Robert C. Shell, *Children of Bondage: a Social History of the Slave Society at the Cape of Good Hope 1652-1838*, Hanover, N.H., University Press of New England, 1994; John Edwin Mason, *Social Death and Resurrection: Slavery and Emancipation in South Africa*, Charlottesville, University of Virginia Press, 2003.

<sup>7</sup> Richard Roberts, *Warriors, Merchants and Slaves: The State and the Economy in the Middle Niger Valley, 1700-1914*, Stanford, Stanford University Press, 1987; Ann O'Hear, *Power Relations*

O número reduzido de estudos sobre a resistência ao tráfico de escravos e à escravidão na África tem produzido uma série de anomalias historiográficas. A resistência escrava é um fenômeno que especialistas do tráfico de escravos e da escravidão nas Américas têm pesquisado intensivamente desde as primeiras décadas do século vinte.<sup>8</sup> Uma estimativa recente desta produção acadêmica mostra que existem cerca de oitenta trabalhos, somente em termos de estudos principais.<sup>9</sup> Visto o número reduzido de historiadores da África que têm tratado esta temática, não surpreende que a resistência à escravidão tenha sido quase exclusivamente associada às experiências de africanos e seus descendentes no lado ocidental do Atlântico, particularmente no contexto da escravidão fazendeira.<sup>10</sup> Em outras palavras, a historiografia existente sobre a resistência à escravidão indica ser este um fenômeno próprio das Américas.

Assim, uma oportunidade importante de ilustrar a história africana como parte integrante dos desenvolvimentos globais tem sido negli-

---

*in Nigeria: Ilorin Slaves and their Successors*, Rochester, University of Rochester Press, 1997; Martin Klein, *Slavery and Colonial Rule in French West Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998; Peter Haenger (editado por J. J. Shaffer e Paul Lovejoy), *Slaves and Slave Holders on the Gold Coast: Towards an Understanding of Social Bondage in West Africa*, Basel, P. Schlettwein Publishing, 2000.

<sup>8</sup> Particularmente, nos Estados Unidos. Joseph C. Carroll (*Slave Insurrections in the United States, 1800-1865*, Boston, Chapman & Grimes, 1938) e Herbert Aptheker (*American Negro Slave Revolts*, Nova Iorque, International Publishers, 1943) são reconhecidos como os pioneiros neste campo de estudos. Todavia historiadores norte-americanos não “inventaram” os estudos sobre a resistência à escravidão. Ver, por exemplo: C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint l’Ouverture and the San Domingo Revolution*, Nova Iorque, Dial Press, 1938; Raimundo Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932 [1906].

<sup>9</sup> Aida Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 32 (1997), pp. 109-34.

<sup>10</sup> Recentemente, uma historiadora norte-americana, especialista em história da África, admitiu com grande franqueza que a “historiografia sobre a África ainda não capturou o horror e o terror que acompanharam a dimensão africana do tráfico de escravos. Dentro da história mundial, é à narrativa daqueles que vieram a ser escravos nos Estados Unidos que tem sido dado lugar de honra e que tem exemplificado uma crônica universal de sofrimento, angústia e triunfo eventual. Mas a agenda política contemporânea dos descendentes de africanos tem provocado o desvio da atenção dos historiadores das abordagens complexas e das narrativas contraditórias das circunstâncias sob as quais estas pessoas foram escravizadas, assim como da história dos africanos escravizados que não foram enviados às Américas, ao além Saara e oceano Índico, mas que permaneceram no continente africano. Em outras palavras, este silêncio assustador cria um vazio em que as vozes e experiências dos africanos no continente deveriam ser articuladas”. Ver Carolyn A. Brown, “Epilogue: Memory as Resistance: Identity and the Contested History of Slavery in Southeastern Nigeria, an Oral History Project”, in Diouf (org.), *Fighting the Slave Trade*, p. 219.

genciada.<sup>11</sup> Tal já havia sido percebido em 1986, quando Richard Rathbone alertou para “uma compreensão mais profunda da cultura de resistência evidenciada pelos documentos e firmemente enraizada em terra africana”, que subseqüentemente se tornou “parte da bagagem cultural que os emigrantes forçados levaram consigo para as Américas”. Sendo assim, afirmou Rathbone, “um conhecimento profundo dos elementos africanos no mundo criado pelos escravos” permanecia uma ilusão.<sup>12</sup> Mais recentemente, em 2001, David Richardson encontrou-se na obrigação de levantar o mesmo ponto. Lamentando o fato de a “literatura acadêmica estar demasiadamente concentrada sobre a resistência nas Américas”, ele também insistiu em que as “revoltas baseadas nas plantações eram somente um elemento no aspecto da resistência que transcendia a África, a passagem pelo Atlântico e as Américas”.<sup>13</sup> Sem um conhecimento profundo das origens deste processo, ele reafirmou ser impossível apreciar plenamente “o impacto da África e dos africanos na organização e ampliação do tráfico atlântico de escravos, assim como a importância do tráfico de africanos escravizados no desenvolvimento da história atlântica”.<sup>14</sup>

Outra anomalia historiográfica relacionada à reticência dos historiadores da África em investigarem a resistência escrava é a maneira singular com que a escravidão no continente africano, em termos de instituição, tem sido representada. Quando, em 1977, Suzanne Miers e Igor Kopytoff publicaram sua síntese sobre a escravidão na África, pintaram um fenômeno muito diferente da escravidão no resto do mundo, incluindo aquela existente no Sul dos Estados Unidos. Miers e Kopytoff apresentaram uma instituição que era marginal nas sociedades africanas, por natureza não-maligna e, conseqüentemente, mais aceitável para os próprios escravos. O fato de que os historiadores da África tenham documentado poucas revoltas de escravos, confrontações armadas e atos de

---

<sup>11</sup> Um apelo potente para a reintegração do passado africano em correntes mais amplas da história mundial encontra-se em Joseph C. Miller, “Presidential Address: History and Africa/Africa and History”, *American Historical Review*, 104 (1999), pp. 1-32.

<sup>12</sup> Richard Rathbone, “Some Thoughts on Resistance to Enslavement in West Africa”, in Gad Heuman (org.), *Out of the House of Bondage: Runaways, Resistance and Marronage in Africa and the New World* (Londres, F. Cass, 1986), p. 11.

<sup>13</sup> David Richardson, “Shipboard Revolts, African Authority and the Atlantic Slave Trade”, *William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> series, 58 (2001), p. 69.

<sup>14</sup> *Ibid.*

sabotagem (iniciativas dramáticas que certos pesquisadores têm utilizado na tentativa de avaliar a dureza da instituição) somente confirmou este retrato. Estudos contrários à tese de Miers e Kopytoff foram quase imediatamente apresentados.<sup>15</sup> Contudo a idéia de uma instituição essencialmente marginal e benigna, aceita largamente por escravos na África, continua viva. Tentando explicar o que pensa ser a pouca “evidência documental de resistência escrava na África Ocidental durante o período do tráfico atlântico que se compara com as observações no Novo Mundo”, um historiador sugeriu recentemente que o fenômeno só pode ser visto como “uma reflexão de diferenças fundamentais nos regimes laborais e nas experiências dos escravos nas duas margens do Atlântico”. Para este historiador, “a mistura das lutas e das oportunidades relativas para alguma mobilidade dentro das sociedades tradicionais da África Ocidental explicam a resignação aparente dos escravos à sua condição e a falta concomitante de grande resistência ativa na documentação existente”. Na África, os escravos gozavam “de uma medida considerável de confiança, latitude e mobilidade social”.<sup>16</sup> Sendo assim, era impossível que tal instituição, tão singular e benigna, produzisse “grande resistência ativa” do mesmo modo que aconteceu no Novo Mundo.

Todavia a falta de levantamentos, confrontações armadas e atos de sabotagem não deveria levar-nos apressadamente a rotular como benigna a escravidão na África Ocidental ou em qualquer outra parte deste continente. Há mais de vinte anos, Paul E. Lovejoy afirmou que, se “relativamente poucos levantamentos de escravos têm sido registrados” no continente africano, “a importância da fuga tem sido largamente negligenciada”. Baseando-se no caso do Califato de Sokoto no século dezanove,

---

<sup>15</sup> Além dos trabalhos citados nas notas 6 e 7, ver, por exemplo: Frederick Cooper, “Review Article: The Problem of Slavery in African Studies”, *Journal of African History*, 20 (1979), pp. 103-125; Lovejoy, *Transformations in Slavery*; Claire C. Robertson e Martin A. Klein (orgs.), *Women and Slavery in Africa*, Madison, University of Wisconsin Press, 1983; Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*, New York, Cambridge University Press, 1990; Claude Meillassoux, *The Anthropology of Slavery: The Womb of Iron and Gold*, Chicago, University of Chicago Press, 1991; James Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

<sup>16</sup> Femi J. Kolapo, “Documentary ‘Silences’ and Slave Resistance in West Africa during the Era of the Atlantic Slave Trade”, texto apresentado ao *Tubman Seminar*, York University, Toronto, 09/10/2002, e à conferência da *African Studies Association (UEA)* e da *Canadian Association of African Studies*, Nova Orleans, 11-14/11/2004.

uma verdadeira sociedade escravocrata com 2 a 2,5 milhões de escravos, Lovejoy mostrou que a fuga era certamente um problema importante. Um grande número de indivíduos escravizados tentava escapar constantemente do controle dos seus proprietários, assim como diminuir o controle destes sobre os seus trabalhos. Embora largamente divorciada da luta armada, a incidência de fugas de escravos representava uma forma significativa de resistência à escravidão na África. Conseqüentemente, Lovejoy alertou que “o estudo da fuga de escravos contraria — e, na verdade, oferece — uma revisão importante de interpretações da escravidão por estudiosos africanistas”. E as implicações não eram menos significativas para pesquisadores da escravidão nas Américas, servindo “como sinal de alarme para que a investigação da escravidão na África seja apreciada seriamente pela possibilidade que os elementos comparativos oferecem”.<sup>17</sup>

Somente durante os últimos anos é que historiadores da África têm tentado confrontar seriamente estas anomalias históricas. Junto à historiografia anterior sobre o tema, estes novos trabalhos apontam cada vez mais para um fenômeno de resistência constante em qualquer parte onde o resgate de escravos se tornou endêmico e a escravidão floresceu. Este foi o caso, por exemplo, na África Ocidental,<sup>18</sup> na África Centro-

---

<sup>17</sup> Paul E. Lovejoy, “Fugitive Slaves: Resistance to Slavery in the Sokoto Caliphate,” in Gary Y. Okohiro (org.), *In Resistance: Studies in African, Caribbean, and Afro-American History* (Amherst, MA, University of Massachusetts Press, 1986), p. 73.

<sup>18</sup> Darold D. Wax, “Negro Resistance to the Early American Slave Trade”, *Journal of Negro History*, 51 (1966), pp. 1-15; E. A. Oroge, “The Fugitive Slave Crisis of 1859: a Factor in the Growth of Anti-British Feelings among the Yoruba”, *Odu*, 12 (1975), pp. 40-53; Idem, “The Fugitive Slave Question in Anglo-Egba Relations, 1861-1886”, *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 8 (1975), pp. 61-80; P. A. Igbafe, “Slavery and Emancipation in Benin, 1897-1945”, *Journal of African History*, 16 (1975), pp. 417-424; Oruno D. Lara, “Traite négrière et résistance africaine”, *Présence Africaine*, 94 (1975), pp. 140-170; Richard Roberts e Martin Klein, “The Banamba Slave Exodus of 1905 and the Decline of Slavery in the Western Sudan”, *Journal of African History*, 21 (1980), pp. 375-394; José Maianga, “A luta dos escravos em S. Tomé no século XVI”, *África: literatura, arte, cultura*, 2 (1980), pp. 437-443; G. M. McSheffrey, “Slavery, Indentured Servitude, Legitimate Trade and the Impact of Abolition in the Gold Coast, 1874-1901”, *Journal of African History*, 24 (1983), pp. 375-394; Paul E. Lovejoy, “Problems in Slave Control in the Sokoto Caliphate”, in Paul E. Lovejoy (org.), *Africans in Bondage: Studies in Slavery and the Slave Trade* (Madison, University of Wisconsin Press, 1986), pp. 235-272; Idem, “Fugitive Slaves”; Martin Klein, “Slave Resistance and Slave Emancipation in Coastal Guinea”, in Suzanne Miers e Richard Roberts (orgs.), *The End of Slavery in Africa* (Madison, University of Wisconsin Press, 1988), pp. 203-219; Bronislaw Nowak, “The Mandingo Slave Revolt of 1785-1796”, *Hemispheres*, 3 (1986), pp. 150-169; Isabel Figueiredo de Barros e Maria Arlete Cruz, “Revoltas de escravos em São Tomé no século XVI”, in *Actas da 1ª reunião de Arqueologia e história pré-colonial, Lisboa, 23-26 outubro de 1989*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992, pp. 373-388; Winston McGowan, “African Resistance

Ocidental,<sup>19</sup> na África Oriental,<sup>20</sup> e mesmo na África do Sul.<sup>21</sup> Além disso, em terras africanas, a resistência à escravidão ocorreu sob contextos tão múltiplos como variados: culturas ou influências culturais africa-

- 
- to the Atlantic Slave Trade in West Africa”, *Slavery and Abolition*, 11 (1990), pp. 5-29; Bernard Moitt, “Slavery, Flight and Redemption in Senegal, 1819-1905”, *Slavery and Abolition*, 14 (1993), pp. 70-86; Harris Memel Foté, “La résistance à la traite dans les comptoirs d’Afrique,” in Marcel Dorigny (org.), *Les abolitions de l’esclavage de L. F. Sonthonax à V. Schoelcher 1793, 1794, 1848* (Paris, Presses Universitaires de Vincennes/Éditions UNESCO, 1995), pp. 73-76; Jan Vansina, “Quilombos on S. Tomé, or in Search of Original Sources”, *History in Africa*, 23 (1996), pp. 453-59; Ismail Rashid, “Escape, Revolt and Marronage in 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> Century Sierra Leone Hinterland”, *Canadian Journal of African Studies*, 34 (2000), pp. 656-683.
- <sup>19</sup> William G. Clarence-Smith, “Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola, 1875-1913”, in Heuman (org.), *Out of the House of Bondage*, pp. 23-33; Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX”; Beatrix Heintze, “Asiles toujours menacés: fuites d’esclaves en Angola au XVII<sup>e</sup> siècle”, in Katia de Queirós Mattoso (org.), *Esclavages: histoire d’une diversité de l’océan Indien à l’Atlantique Sud* (Paris, L’Harmattan, 1997), pp. 101-122; Roquinaldo A. Ferreira, “Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)”, *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999), pp. 9-44; José C. Curto, “Struggling Against Enslavement: José Manuel in Benguela, 1816-1820”, *Canadian Journal of African Studies*, vol. 39, n<sup>o</sup> 1 (2005), no prelo; Idem, “The Story of Nbena, 1817-1820: Unlawful Enslavement and the Concept of ‘Original Freedom’ in Angola”, in Paul E. Lovejoy e David V. Trotman (orgs.), *Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora* (Londres, Continuum, 2003), pp. 44-64; Idem, “A restituição de 10.000 súbditos ndongo ‘roubados’ na Angola de meados do século XVII: uma análise preliminar”, in Isabel C. Henriques (org.), *Escravidão e transformações culturais: África-Brasil-Caraíbas* (Lisboa, Editora Vulgata, 2002), pp. 185-208; Idem, “Un butin illégitime: razzias d’esclaves et relations luso-africaines dans la région des fleuves Kwanza et Kwango en 1805”, in Isabel C. Henriques e Louis Sala-Molins (orgs.), *Déraison, esclavage et droit: les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage* (Paris, Éditions UNESCO, 2002), pp. 315-327.
- <sup>20</sup> G. A. Akinola, “Slavery and Slave Revolts in the Sultanate of Zanzibar in the Nineteenth Century”, *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 6 (1972), pp. 215-228; Jean Barassin, “La révolte des esclaves à l’Île Bourbon (Réunion) au XVIII<sup>e</sup> siècle”, in *Mouvements de populations dans l’Océan Indien, Actes du 4<sup>e</sup> Congrès de l’Association Historique Internationale de l’Océan Indien, Saint-Denis de la Réunion, 09/1972*, Paris, Librairie Honoré Champion, 1979, pp. 357-391; Dennis D. Cordell, “The Delicate Balance of Force and Flight: The End of Slavery in Eastern Ubangi-Shari”, in Miers e Roberts (orgs.), *The End of Slavery in Africa*, pp. 150-171; Lee Cassanelli, “Social Construction of the Somali Frontier: Bantu Former Slave Communities in the Nineteenth Century”, in Igor Kopytoff (org.), *The African Frontier: the Reproduction of Traditional African Societies* (Bloomington, Indiana University Press, 1987), pp. 216-238; Jonathan Glassman, “The Bondman’s New Clothes: The Contradictory Consciousness of Slave Resistance on the Swahili Coast”, *Journal of African History*, 32 (1991), pp. 277-312; Prosper Ève, “Les formes de résistance à Bourbon de 1750 à 1789”, in Dorigny (org.), *Les abolitions de l’esclavage*, pp. 49-72; Richard B. Allen, “Marronage and the Maintenance of Public Order in Mauritius, 1721-1835”, *Slavery and Abolition*, 4 (1983), pp. 214-232; L. Sylvio Michel, *Esclaves Résistants*, Mauritius, Quad Printers, 1998; Edward A. Alpers, “Flight to Freedom: Escape from Slavery among Bonded African in the Indian Ocean World, c. 1750-1962”, *Slavery and Abolition*, 24 (2003), pp. 51-68; Idem, “The Idea of *Marronage*: Reflections on Literature and Politics in Réunion”, *Slavery and Abolition*, 25 (2004), pp. 18-29.
- <sup>21</sup> Karen Harris, “The Slave ‘Rebellion’ of 1808”, *Kleio*, 20 (1988), pp. 54-65; Patricia van der Spuy, “‘Making Himself Master’: Galant’s Rebellion Revisited”, *South African Historical Journal*, 34 (1996), pp. 1-28. Ver também os trabalhos de Ross, Worden, Shell e Mason citados na nota 6.

na, euro-africana, européia e árabe; sistemas de crenças como o Islã e o Cristianismo, entre outros; assim como em espaços urbanos e rurais; e em sociedades com e sem Estado.

Entre exemplos de resistência à escravidão dentro de contextos complexos temos o caso, particularmente agudo, da colônia que os portugueses estabeleceram em Angola depois de terem fundado, em 1575, a cidade portuária de Luanda como base de apoio para dominarem o interior. Neste território colonial, cercado por numerosas sociedades africanas em que a escravidão de linhagem era bem conhecida, alguns portugueses e (depois de 1648) brasileiros, aliados a uma camada intermediária de luso-africanos e a uma maioria esmagadora de africanos livres, dominavam milhares de escravos, incluindo estes uma minoria classificada como pardos ou mulatos. Quase logo após a fundação de Luanda, como argumentou Beatrix Heintze, muitos dos escravos cujo trabalho era utilizado dentro desta cidade portuária e nos sítios de sua vizinhança para apoiarem a economia angolana de exportação de cativos fugiam de seus proprietários.<sup>22</sup> E a busca pela liberdade através da fuga não era característica exclusiva da população escrava na capital colonial de Angola e nas propriedades rurais que seus moradores mais abastados possuíam nos arredores. Como salientou Roquinaldo A. Ferreira para os meados do século dezenove, mas certamente com origem bastante anterior, os escravos controlados pelas sociedades africanas que rodeavam Luanda também resistiam através da fuga.<sup>23</sup> Oriundos da sociedade colonial angolana ou das sociedades africanas que a rodeavam, não eram poucos os escravos fugitivos que procuravam refúgio nas comunidades de fugitivos bem enraizadas, como nos demonstrou Aida Freudenthal para o século dezenove.<sup>24</sup> A origem destes *kilombos*, *ocilombos*, mutolos, coutos ou valhacoutos e quilombos, como as comunidades de fugitivos eram conhecidas em Angola, é remota.<sup>25</sup> Fi-

---

<sup>22</sup> Beatrix Heintze, “Asiles toujours menacés”.

<sup>23</sup> Roquinaldo A. Ferreira, “Escravidão e revoltas de escravos”.

<sup>24</sup> Aida Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX”.

<sup>25</sup> Comparar, por exemplo, a reconstrução histórica desta instituição em Joseph C. Miller, *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola*, Oxford, Clarendon Press, 1976, e Kabengele Munanga, “Origem e histórico do quilombo na África”, *Revista da Universidade de São Paulo*, 28 (1995-1996), pp. 56-63, com Maria da Conceição Neto, “Kilombo, quilombos, ocilombo”, *Mensagem - Revista Angolana de Cultura*, 4 (1989), pp. 5-19 e, especialmente, Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX”.

nalmente, nos finais do século dezenove, a abolição legal da escravidão não resultou necessariamente na liberdade de todos os escravos em Angola, como evidenciou William Gervase Clarence-Smith, o que fez com que a luta pela liberdade através da fuga continuasse.<sup>26</sup> Os fugitivos, tanto em Angola como nas sociedades africanas circunvizinhas, constituíram parte de uma longa e complexa tradição de resistência à escravidão.

Seguindo as investigações de Heintze, Ferreira, Freudental, e Clarence-Smith, entre outros, a problemática da resistência à escravidão pode agora ser analisada de modo muito mais detalhado através de uma fonte conhecida por todos os pesquisadores que têm trabalhado sobre Angola, mas pouco utilizada neste contexto. Ao contrário do que aconteceu no Brasil, a imprensa chegou a Angola somente nos meados de 1845. Durante os seguintes vinte anos, uma única publicação foi impressa em Luanda: o *Boletim Oficial de Angola*, a gazeta semanal que o governo colonial começou a publicar em 13 de setembro de 1845.<sup>27</sup> Mas a informação lá encontrada não se refere meramente à matéria governamental. Em 22 de agosto de 1846, encontramos o seguinte anúncio: “Existe em depósito na cadeia pública, um escravo fugido de nome *Ngunga*, capturado em Cambambe, o qual que diz pertencer ao morador de Ambaca, o *Quinginge*”.<sup>28</sup> A intenção de tal notícia era obviamente facilitar a recuperação de um fugitivo capturado em um presídio no qual seu proprietário não residia, então sob controle das autoridades coloniais em Luanda. Este, o primeiro anúncio de um fugitivo recapturado, não seria o último. Anúncios semelhantes eram publicados quase que semanalmente no *Boletim Oficial de Angola* até 15 de abril de 1876, listando um total de 3.195 fugitivos recapturados.

A informação publicada sobre *Ngunga*, nosso primeiro caso de um fugitivo recapturado, é relativamente esparsa. Todavia, depois do final da década de 1840, aumentou a informação publicada pelas autoridades coloniais sobre outros fugitivos recapturados, para que os donos

---

<sup>26</sup> William Gervase Clarence-Smith, “Runaway Slaves and Social Bandits in Southern Angola”.

<sup>27</sup> O título original desta publicação, *Boletim do Governo Geral da Provincia de Angola*, sofreu posteriormente uma série de alterações. Para evitar qualquer confusão, citarei como *Boletim Oficial de Angola (BOA)*.

<sup>28</sup> *BOA*, n° 50, 22/08/1846, p. 2.

de pessoas em fuga pudessem melhor perceber o número crescente de escravos recapturados. Em 5 de maio de 1857, por exemplo, podemos ler que a fugitiva Felizarda tinha sido recapturada com sua cria no distrito de Zenza e estava no depósito dos Trabalhos Públicos, onde seu proprietário, Lourenço Alves Roque, poderia recuperá-la no prazo de trinta dias.<sup>29</sup> Em 26 de setembro de 1863, o *Boletim Oficial de Angola* informa que as fugitivas Izabel Luquenhe e Marianna Calunga tinham sido recapturadas em Calumbo e encontravam-se no forte de São Miguel, em Luanda. A primeira era da nação congo e a segunda era libolo. Recapturadas ao mesmo tempo e no mesmo lugar, estas escravas diziam não saber precisamente a quem pertenciam: ou era a Josepha do *bairro* Samgadombe, Luanda, ou a um certo Vianna.<sup>30</sup> Em 8 de agosto de 1874, outro anúncio diz: Vulola, escravo de trinta anos nascido em Libolo e com o carimbo S, tinha sido recapturado no distrito de Icollo e Bengo e encontrava-se no forte de São Miguel; sua dona, a viúva de Ricardo da Silva Rego, tinha trinta dias para recuperar sua propriedade.<sup>31</sup> Em suma, o que temos é uma série de detalhes riquíssimos disponíveis para os quase 3.200 casos de fugitivos recapturados. Informação semanal, mensal e anual, que pode ser quantificada para melhor ser analisada e compreendida.

Ao registrar todas as informações disponíveis em uma base de dados, temos um máximo de quatorze campos para cada fugitivo recapturado. Seguindo a data de recaptura, seus nomes estão quase sempre listados. Estes nomes obviamente nos dão muito mais do que a identidade do indivíduo.<sup>32</sup> Um grande número está listado sob nomes portugueses; visto estes serem específicos de gênero, nomes como Maria ou Antônio também designam as pessoas como mulheres ou homens. Outros estão listados sob nomes africanos, que não possuem especificidade

---

<sup>29</sup> BOA, nº 609, 30/05/1857, p. 1.

<sup>30</sup> BOA, nº 39, 26/09/1863, p. 324.

<sup>31</sup> BOA, nº 34, 08/08/1874, p. 07.

<sup>32</sup> Para a metodologia, consultar: John K. Thornton, "Central African Names and African-American Naming Practices", *William and Mary Quarterly*, 3<sup>rd</sup> series, 50 (1993), pp. 727-742; José C. Curto, "'As if From a Free Womb': Baptismal Manumissions in the Conceição Parish, Luanda, 1778-1807", *Portuguese Studies Review*, 10 (2002), pp. 26-57; David Eltis e Ugo Nwokeji, "The Roots of The African Diaspora: Methodological Considerations in the Analysis of Names in the Liberated African Registers of Sierra Leone and Havana", *History in Africa*, 29 (2002), pp. 365-379.

de gênero: por exemplo, Nguma ou Cabanga. Todavia, na maioria dos casos, o gênero destes indivíduos é revelado porque seu estado jurídico na língua portuguesa é específico de gênero: escravo Nguma ou escrava Cabanga. Além disso, os nomes nos dão um detalhe adicional importante: o nível de aculturação dos escravos.<sup>33</sup> No caso de Catharina Sebastião, uma mulher com primeiro e último nomes portugueses, recapturada em 28 de março de 1863 no Icollo e Bengo, onde esperava para ser reivindicada por Dona Maxima Leonor Botelho de Vasconcellos, sua proprietária residente em Luanda,<sup>34</sup> podemos avançar com alguma certeza de que era bem aculturada a esta sociedade colonial: se não era nativa de Luanda, lá teria certamente trabalhado durante a maior parte de sua vida e, portanto, seria ladina. Uma jovem de quinze anos nascida em Malange, de nome Muhongo, recapturada em 24 de maio de 1873, em Calumbo, e aprisionada no forte de São Miguel, de onde seu proprietário, José, poderia retirá-la,<sup>35</sup> era certamente uma escrava do interior recentemente introduzida na sociedade escravocrata da capital colonial de Angola. Temos, além disso, aqueles listados com nomes portugueses e africanos ou vice-versa. Indivíduos como Antônio Uangambelle ou Gongá Sebastião (mulher) estavam provavelmente no meio: isto é, em processo de se tornarem aculturados a esta sociedade. Os nomes, em outras palavras, nos permitem mais do que trazer estes indivíduos do anonimato imposto pela maioria das análises agregadas da resistência à escravidão, seja através da fuga, seja de outros meios. Também nos abrem uma janela importante para investigar o gênero e o nível de aculturação de centenas de escravos que arriscaram fugir de seus donos, mas foram recapturados subseqüentemente.

Em 25% dos casos, a idade ou grupo etário (*cria de peito, cria, moleque* ou *menor*) dos fugitivos recapturados também aparece nestes anúncios. Isto nos permite perceber se, dentro desta massa de fugitivos recapturados, a idade era ou não um fator na decisão de escapar à escravidão. Seria possível que, em Angola, os homens adultos predominassem na população escrava fugitiva, como era o caso em outras partes do Atlântico? Na mesma porcentagem de casos, temos ainda outra importante infor-

---

<sup>33</sup> Curto, ““As if From a Free Womb””.

<sup>34</sup> *BOA*, n° 13, 28/03/1863, p. 98.

<sup>35</sup> *BOA*, n° 21, 24/05/1873, p. 223.

mação: a nação ou o lugar de nascimento dos fugitivos recapturados. Abrangendo uns 800 indivíduos, estes dados nos possibilitam, pela primeira vez, determinar a etnicidade ou origem geográfica de alguns dos escravizados no terceiro quartel do século dezanove. Se oriundos do interior, como alguns historiadores têm clamado hipoteticamente,<sup>36</sup> ou de áreas muito mais próximas da costa é uma questão que pode ser agora abordada a partir de fontes.<sup>37</sup> Os mesmos dados também podem ser utilizados para melhor perceber o deslocamento, tanto físico como cultural, destas pessoas para trabalharem para seus donos: de qual maneira teria a experiência de Julio Nhuanhanha, um homem de 30 anos da nação ngola e propriedade de Dom João Cacullo Cavinge, um sova dos dembos,<sup>38</sup> sido diferente ou similar à de André Francisco Luiz,<sup>39</sup> um homem cuja proprietária era Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, a mais importante mercadora comerciante e proprietária de escravos em Luanda em meados do século dezanove?<sup>40</sup>

Outros dados relativos aos fugitivos recapturados não são menos significativos. Um destes é o lugar da recaptura, quase sempre listado. Este se nos apresenta como um indicador geral de para onde estes fugitivos em particular tentavam refugiar-se: famílias em aldeias que tentavam reintegrar-se, o que por vezes pode ser correlacionado com dados

---

<sup>36</sup> Ver, por exemplo: Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, Madison, University of Wisconsin Press, 1988 e os numerosos trabalhos do autor listados na bibliografia desta obra principal; Achim von Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust: the History and Contexts of Pre-colonial Market Production around the Upper Zambezi and Kasai*, Hamburg, Lit Verlag, 1994.

<sup>37</sup> Comparar os trabalhos de Joseph C. Miller e de von Oppen citados na nota anterior com: Luciano Raposo, *Marcas de escravos: listas de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros (1839-1841)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/CNPq, 1990; Roquinaldo A. Ferreira, "Fontes para o estudo da escravidão em Angola: Luanda e Icolo e Bengo no pós-tráfico de escravos", in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Atas do 2º Seminário Internacional sobre a História de Angola, Luanda, 4 a 9 de agosto de 1997*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 667-680.

<sup>38</sup> BOA, nº 4, 23/01/1875, p. 50.

<sup>39</sup> BOA, nº 632, 07/11/1857, p. 5.

<sup>40</sup> Sobre Dona Ana, ver: Julio de Castro Lopo, "Uma rica Dona de Luanda", *Portugale*, 3 (1948), pp. 129-138; Carlos Alberto Lopes Cardoso, "Dona Ana Joaquina dos Santos Silva industrial angolana da segunda metade do século XIX. Luanda", *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, 37 (1972), pp. 5-14; Mário A. Fernandes de Oliveira, *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981, pp. 36-64; Douglas L. Wheeler, "Angolan Woman of Means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, Mid-Nineteenth Century Luso-African Merchant Capital of Luanda", *Santa Barbara Portuguese Studies*, 3 (1996), pp. 284-297.

sobre o lugar de nascimento; espaços ocupados por suas formações sociopolíticas, que também pode ser correlacionado com dados sobre etnicidade; ou até o santuário relativo oferecido pelos quilombos então estabelecidos no interior de Luanda e conhecidos de todos. Ainda outra informação potencialmente importante é o lugar em que os fugitivos recapturados esperavam para serem reivindicados por seus donos. Isto pode dar-nos preciosas pistas sobre os espaços geográficos, culturais e econômicos do destino para o qual os fugitivos tentavam escapar, visto que não deveriam ficar muito longe dos locais de sua escravidão ou de seus donos.

Não menos importante é o tipo de fuga através da qual os recapturados tentavam escapar de seus amos. Na maioria dos casos, os fugitivos eram recapturados individualmente: um aqui, propriedade de um morador naquele presídio, distrito, ou concelho; outro além, propriedade de um morador de Luanda. Em certos casos, como naquele já mencionado de Felizarda e sua cria, os fugitivos foram recapturados em unidades monofamiliares, na maioria dos casos mãe com seus filhos. E em outros, os fugitivos eram apreendidos em grupos que pertenciam ao mesmo dono. Em 24 de setembro de 1859, vinte e três fugitivos, todos propriedade do casal Victoriano de Faria, foram recapturados pelas autoridades coloniais em Ambaca: oito homens e onze mulheres, sendo que duas delas estavam acompanhadas de uma cria, e uma outra com dois filhos menores.<sup>41</sup> Em outro caso, um grupo de quinze fugitivos, propriedade de João Baptista Cucula, foi recapturado em Novo Redondo: eram oito mulheres, dois homens e os demais não tiveram o gênero listado.<sup>42</sup> Nem todos os escravos preferiam escapar sozinhos: alguns metiam-se em fuga com familiares, especialmente filhos e filhas; outros preferiam a segurança oferecida por um grupo de pessoas que, embora de origem diferente, conheciam-se bem depois de tantos anos escravizados no mesmo local.

Igualmente reveladores são os dados sobre os proprietários dos fugitivos recapturados. Na maioria dos casos, seus nomes são sempre

---

<sup>41</sup> BOA, nº 749, 24/09/1859, p. 3. Dos fugitivos pertencentes a Victoriano, pelos menos 32 foram recapturados entre 1852 e 1872.

<sup>42</sup> BOA, nº 18, 05/05/1866, p. 118.

listados. Esta informação oferece uma oportunidade para analisar os padrões da propriedade escrava, assim como identificar os donos mais afetados pelo problema da fuga. Os nomes dos proprietários, como no caso dos fugitivos recapturados, permitem determinar seu gênero. Desta informação podemos nos perguntar se o gênero dos donos exercia algum impacto nos padrões da propriedade escrava e/ou na decisão dos escravos de tentar a fuga. Talvez ainda mais significativos sejam os proprietários cujos nomes não aparecem listados. Embora houvesse casos em que estes pudessem ter sido simplesmente omitidos, noutros os fugitivos recapturados passam por não saber a identidade de seus senhores. Esta última situação não era necessariamente impossível. Escravos podiam ser propriedade de mais de um indivíduo e até de entidades corporativas. Em tais circunstâncias, nem sempre era claro quem possuía quem, como já ilustrado pelo caso de Izabel Luquenhe e de Marianna Calunga. Mas isto poderia também ser um método utilizado pelos fugitivos recapturados para tornar sua identificação por seus donos muito mais difícil. Assim sendo, estamos diante do caso de fugitivos recapturados que, ao não mencionar o nome de seus donos, continuavam a lutar pela liberdade. Se não fossem reivindicados por seus proprietários dentro de um prazo de tinta dias após a publicação dos anúncios, os fugitivos recapturados podiam efetivamente obter sua liberdade por parte das autoridades coloniais. A recaptura, tão traumática como deveria ser, não diminuía necessariamente o desejo de liberdade.

Temos também dados sobre a cultura, etnicidade e cor dos proprietários de escravos. Entre eles: portugueses, alguns nascidos em Angola, outros oriundos da metrópole, assim como outros europeus, brasileiros e americanos; luso-africanos que ainda dominavam a sociedade colonial; e africanos de todos os níveis sociais, de gente simples em Luanda até sovas no *hinterland*. Em meados da segunda metade do século dezanove, quase todos os livres e forros em Angola, qualquer que fosse a sua cultura, etnicidade, cor, gênero ou ocupação, ainda possuíam escravos. Ali, a escravidão era uma instituição complexa que transcendia tudo. Até escravos possuíam outros escravos. Conseqüentemente, tais dados nos permitem dar alguma luz sobre a maneira pela qual estes elementos socioeconômicos distintos interagiam uns com os outros.

O *status* dos proprietários constitui outro campo de grande importância, visto que esclarece, entre outros aspectos, os padrões de propriedade escrava. Nem todos os fugitivos recapturados eram propriedade de indivíduos. Uma porcentagem relativamente grande era possuída por grupos familiares ou corporativos, sociedades que controlavam bens ou casas de comércio, esposas que possuíam escravos juntamente com seus maridos, múltiplos indivíduos que eram donos de um só escravo e herdeiros de proprietários mortos. Como salientado por Paul E. Lovejoy, tempos de crise eram particularmente determinantes para a fuga de escravos.<sup>43</sup> No caso de propriedade familiar ou corporativa, numerosos problemas podiam surgir entre os membros, o que freqüentemente resultava em litígios sobre a propriedade. A incerteza assim criada instalava ainda mais o medo entre os escravos, alguns dos quais viam nestes conflitos tanto uma causa como uma oportunidade para arriscarem a fuga. Foi precisamente isto que aconteceu, por exemplo, quando Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva morreu em 1859. Enquanto seus herdeiros lutavam por seus bens no tribunal de Luanda, não poucos dos numerosos escravos nas fazendas pertencentes a Dona Ana Joaquina decidiram fugir.<sup>44</sup> Por trás de muitos dos fugitivos subseqüentemente recapturados existem exemplos semelhantes de conflitos familiares e corporativos.

A informação sobre a residência dos proprietários de escravos, oferecida em 66% dos casos, também é significativa. Ela nos permite estabelecer não só a distribuição no espaço, o que nos dá um melhor conhecimento dos padrões da propriedade escrava, mas também pode ser correlacionada com os dados sobre o lugar de recaptura. Ora, em que direção fugia o escravo e quanto tempo permanecia em fuga antes de ser recapturado? Haverá alguma relação entre a distância/direção da fuga e a recaptura? Mas talvez ainda mais importantes sejam os dados que nos faltam; em um terço dos casos a residência dos proprietários não está listada: seria esta outra maneira de o fugitivo recapturado minimizar a

---

<sup>43</sup> Lovejoy, "Problems in Slave Control in the Sokoto Caliphate"; Idem, "Fugitive Slaves".

<sup>44</sup> Para os litígios sobre a herança de Dona Ana Joaquina, ver Cardoso, "Dona Ana Joaquina dos Santos Silva". Sobre as fugas ocorridas quando seus escravos souberam da sua morte, ver Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, Correspondência dos Governadores, Pasta 26, *Ofício de José Rodrigues Coelho do Amaral, Governador Geral de Angola, para Secretario e Ministro d'Estado dos Negocios da Marinha e do Ultramar*, 04/06/1860.

possibilidade de seu proprietário identificá-lo através dos anúncios e, assim, conseguir que as autoridades coloniais o colocasse em liberdade depois do prazo de trinta dias?

Finalmente, o último campo nos apresenta uma série de informações diversas. Uma delas é a ocupação dos proprietários: carpinteiros, pedreiros etc. Em Luanda, estas ocupações eram dominadas por mestres que “empregavam” seus escravos como “oficiais” ou “aprendizes”.<sup>45</sup> Isto nos oferece ainda mais detalhes sobre a distribuição espacial dos proprietários, assim como sobre o local do cativo, e ainda alguma informação sobre as ocupações dos fugitivos recapturados. Também incluídas nos anúncios temos as marcas dos escravos, como o S no corpo de Vulola, o libolo referido anteriormente, propriedade de Ricardo da Silva Rego. Ao contrário da documentação existente sobre escravos de outras terras africanas,<sup>46</sup> os anúncios de fugitivos recapturados em Angola não oferecem informação sobre escarificações étnicas. O que temos são as marcas dos proprietários ou suas iniciais ferreteadas no corpo dos escravos. Conseqüentemente, identificar os senhores cujos nomes não estão listados se torna mais fácil, especialmente se mais de um de seus fugitivos recapturados se encontram anunciados no *Boletim Oficial de Angola*.

Os quase 3.200 fugitivos recapturados em Angola representam um verdadeiro microcosmo do mundo dos escravos e de seus proprietários no terceiro quartel do século dezanove. Em uma população de 386.000 pessoas, em 1844, as estatísticas oficiais apresentam 22,5% como escravas.<sup>47</sup> Em 1873, em uma população de 435.000, 13% ainda permaneciam

---

<sup>45</sup> José C. Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850”, *International Journal of African Historical Studies*, 32 (1999), pp. 381-405.

<sup>46</sup> Ver, por exemplo: Johann M. Rugendas, *Malerische Reise in Brasilien*, Paris, Engelmann & Cie., 1835; Raposo, *Marcas de escravos*; Michael A. Gomez, *Exchanging our Country Marks: the Transformation of African Identities in the Colonial and Antebellum South*, Chapel Hill, University of North Carolina, 1998.

<sup>47</sup> “Mappa da população de Angola [1845]”, in José J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1846) vol. 3, parte 1, p. 4-A. Este recenseamento, levado a cabo no princípio de 1845, refere-se entretanto ao ano anterior (1844). A mesma percentagem de escravos encontra-se dentro de 498.722 pessoas recenseadas em 1850-1851: ver o “Mappa statistico da população..., referido ao anno de 1850 a 1851”, in *Almanak statistico da provincia d’Angola e suas dependencias para o anno de 1852*, Luanda, Imprensa do Governo, 1851, pp. 8-9.

na condição de escravos e 7% na de libertos (ex-escravos).<sup>48</sup> Os escravos/libertos representavam assim um quinto da população colonial/colonizada. Em Luanda, a proporção era ainda maior: 49% de escravos entre os 5.605 residentes em 1844;<sup>49</sup> 48% dos 12.565 habitantes em 1850;<sup>50</sup> 56,5% em 13.412 indivíduos em 1861;<sup>51</sup> e 53% entre 11.555 pessoas em 1866.<sup>52</sup> Os anúncios de escravos recapturados indicam que a resistência através da fuga era efetivamente um problema importante nesta parte da África. E isto durante um período em que o governo português já tinha iniciado o processo de abolição da instituição. Depois da Lei de 1836, que tornou ilegal a exportação de escravos de Angola, o Ministro Liberal responsável pelas colônias, Sá da Bandeira, ordenou, em 1854, a libertação de todos os escravos pertencentes ao Estado colonial e, no ano seguinte, decretou a alforria automática de todos os escravos não registrados no Estado colonial angolano.<sup>53</sup> Em 1869, o governo central em Lisboa declarou que os escravos estavam oficialmente “libertos” com a condição de continuar trabalhando para os seus donos por um período de dez anos, estatuto conseqüentemente abolido em 1876, com a emancipação completa antecipada para os meados de 1878.<sup>54</sup> A contínua fuga de muitos escravos em Angola até 1876, quando a abolição completa estava quase em vista, demonstra que eles não acreditavam no processo. Neste contexto de abolição progressiva, os fugitivos, mesmo que recapturados, atingem um significado ainda maior. Teriam as fugas contínuas aumentado o custo de manter e de controlar os escravos, como aconteceu em outras partes do Atlântico e, assim, pressionado os proprietários e o Estado colonial a aumentar o ritmo do processo para a abolição completa?

---

<sup>48</sup> João de Andrade Corvo, *Relatorios do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar apresentados a Camara dos Senhores Deputados na sessão Legislativa de 1875*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 58-59; Gerardo A. Pery, *Geografia e estatistica geral de Portugal e Colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 357. Sobre os libertos, ver nota 53.

<sup>49</sup> José C. Curto e Raymond R. Gervais, “A história da população de Luanda durante a última etapa do tráfico atlântico de escravos, 1781-1844”, *Africana Studia*, 5 (2002), pp. 75-130.

<sup>50</sup> Curto, “The Anatomy of a Demographic Explosion”.

<sup>51</sup> “Mappa estatístico da população de Angola, 1861”, *BOA*, n° 27, 04/07/1863, entre as pp. 212-213.

<sup>52</sup> “Mappa estatístico da população da provincia d' Angola referido ao dia 30 de junho de 1866” AHU, Sala dos Códices, Conselho Ultramarino, Pasta 2 (1855-1866 Angola, Moçambique, India).

<sup>53</sup> Museu Nacional da Escravatura, *A abolição do tráfico e da escravatura em Angola: Documentos*, Luanda, Ministério da Cultura, 1997, pp. 9-45.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 7.

Nem todas as perguntas aqui levantadas são particularmente novas. Algumas já foram o foco de atenção de outros investigadores. Toda via parte da originalidade dos dados sobre os fugitivos recapturados em Angola entre 1846 e 1876 está no fato de que se torna agora possível individualizar casos e ir além das estruturas abstratas e despersonalizadas que têm caracterizado a historiografia sobre a resistência à escravidão na África, tarefa ainda por concluir em qualquer parte do continente. Ao mesmo tempo, quando, em 22 de julho de 1854, Lourença Bernarda, escrava de Dona Anna Ferreira dos Santos e bem aculturada à sociedade escravocrata de Luanda, foi anunciada como recapturada em Massangano com suas três crias, o que nos diz este acontecimento sobre a natureza da escravidão, assim como sobre a resistência a esta instituição em Angola?<sup>55</sup> O fato de que a resistência tenha aumentado dentro do contexto de uma “morte lenta para a escravidão”<sup>56</sup> é importante efetivamente.

Os dados encontrados no *Boletim Oficial de Angola* sobre esta problemática, obviamente, não são perfeitos. Serão eles representativos de todos os fugitivos que permaneceram em liberdade ou até de toda a população escrava? Os arquivos cartoriais em Angola, recentemente localizados, podem oferecer mais informação para que possamos compreender melhor a relação entre o número total de escravos e aqueles em fuga; estes, porém, permanecem por inventariar, o que torna a pesquisa bastante difícil e laboriosa.<sup>57</sup> Visto que muitos dos fugitivos recapturados nasceram em Luanda ou estavam bem aculturados neste espaço urbano, os preciosos registros de batismos, casamentos e óbitos existentes no Arquivo do Arcebispado de Luanda poderiam ajudar na reconstrução de biografias históricas de alguns destes indivíduos: todavia, por motivo de reformas, esta instituição continua fechada por um período indeterminado.<sup>58</sup> Conse-

---

<sup>55</sup> BOA, nº 460, 22/07/1854, p. 2.

<sup>56</sup> Esta expressão vem de Lovejoy e Hogendorf, *Slow Death for Slavery*.

<sup>57</sup> São eles: o Arquivo Judicial da Comarca de Luanda e o Arquivo Judicial da Comarca de Benguela: Carlos Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira: O homem e a sua época*, Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990; Roquinaldo A. Ferreira, “Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola (1650-1800)” (Tese de Doutorado, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 2003). Meus agradecimentos a Mariana P. Candido pelas informações recentes sobre estes arquivos.

<sup>58</sup> Ver, em particular: Curto, ““As if From a Free Womb””; Pacheco, *José da Silva Maia Ferreira*; Ferreira, “Transforming Atlantic Slaving”.

qüentemente, estamos diante de uma situação que não é inusitada para os historiadores: trabalhar com fontes incompletas.

Mesmo assim, a falta de acervos documentais como estes não significa que os anúncios dos fugitivos recapturados sejam a única fonte de que dispomos. Efetivamente, existem outras fontes para melhor compreender o problema da resistência à escravidão através da fuga de escravos. Temos, por exemplo, um número razoável de anúncios particulares sobre escravos em fuga publicados por seus proprietários no *Boletim Oficial de Angola* dentro do período aqui em foco.<sup>59</sup> Possuímos também outros dados sobre um número impressionante de fugitivos recapturados quando depositados nas prisões de Luanda para efeito de castigo.<sup>60</sup> Não menos importantes são os relatórios de pessoas, viajantes e outros, que permaneceram em Luanda e no seu sertão: estes quase sempre contêm informações sobre vários aspectos da escravidão, inclusive sobre os proprietários mais importantes de escravos.<sup>61</sup> E, finalmente, existe uma documentação oficial volumosa para o terceiro quartel do século dezanove,

---

<sup>59</sup> Os anúncios particulares no *BOA*, desde o n° 533, 08/12/1855 até o n° 31, 31/07/1875, descrevem com pormenores perto de 300 entre quase 400 escravos dados em fuga. Para análises preliminares de anúncios particulares no *BOA*, ver: Mário António Fernandes de Oliveira, “Para a história do trabalho em Angola: a escravatura luandense do terceiro quartel do século XIX”, *Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social*, 2 (1963), pp. 45-60; Idem, “Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios publicados na sua imprensa: análise preliminar ao ano de 1851”, in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1966, vol. 3, pp. 127-139.

<sup>60</sup> Na secção “Parte da polícia: ocorrências” publicadas semanalmente no *BOA*, entre o n° 621, 22/08/1857 e o n° 41, 02/10/1875, há cerca de 2.600 casos de escravos detidos na prisão por motivo de fuga.

<sup>61</sup> Alguns dos quais: Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, *Relatório do Governador Geral da provincia de Angola: referido ao anno de 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867; Vernon L. Cameron, *Across Africa*, Londres, Dalby, Isbister & Co., 1877, 2 vols.; H. Capello e Roberto Ivens, *De Benguella ás terras de lácca: Descrição de uma viagem na África Central e Occidental*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, 2 vols.; Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, *Demonstração geographica e politica do territorio portuguez na Guiné Inferior, que abrange o Reino de Angola, Benguela e suas dependencias*, Rio de Janeiro, Typographia Classica de F. A. de Almeida, 1848; Mons. L. A. Keiling, *Quarenta anos de Africa*, Friaão-Braga, Edição das Missões de Angola e Congo, s. d.; N. de Kun, “La vie et le voyage de Ladislas Magyar dans l’intérieur du Congo en 1850-1852”, *Bulletin des Sceances de l’Académie Royale des Sciences d’Outre-Mer*, Nova Série, 4 (1960), p. 605-636; António A. de Lima, *Quarenta e cinco dias em Angola: apontamentos de viagem*, Porto, Typografia de Sebastião José Pereira, 1862; David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, New York, Harper & Brothers, 1858; Maria Emília Madeira Santos (org.), *Diário de Silva Porto: viagens e apontamentos de um portuense em África*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986; J. de Miranda e A. Brochado (orgs.), *Viagens e apontamentos de um portuense em Africa: excerpts do Diario de Antonio Francisco da Silva Porto*, Lisboa, Agencia Geral das Colonias, 1942; Joaquim John

onde os problemas inter-relacionados da escravidão e da fuga de escravos são periodicamente abordados.<sup>62</sup> No caso de Angola, longe de uma carência documentária de resistência escrava, estamos diante de situação contrária: abundância de fontes.

Utilizando todas as fontes ao nosso alcance, é agora possível responder ao desafio lançado recentemente por Paul E. Lovejoy para identificar e resgatar do anonimato imposto pelo jogo dos números parte dos milhões de africanos escravizados através do mundo.<sup>63</sup> Dentro desta ótica, os 3.200 indivíduos recapturados em Angola entre 1846 e 1876 evidenciam claramente que a resistência à escravidão não era um fenômeno exclusivo das Américas. Em Angola, de onde se originava a maior parte dos escravos utilizados no mundo atlântico, a longa tradição de resistência através da fuga continuou viva, mesmo depois de o Estado colonial português ter iniciado uma “morte lenta para a escravidão”. Falta-nos agora perceber os pormenores, tanto no contexto específico de Angola, como no contexto mais amplo do mundo atlântico, desta resistência que envolveu, ano a ano, centenas de escravos lutando pela liberdade.

---

Monteiro, *Angola and the River Congo*, Londres, MacMillan & Co., 1875, 2 vols.; Tito Omboni, *Viaggi nell’Africa Occidentale: Già Medico di Consiglio Nel Regno d’Angola e Sue Dipendenze Membro Della R. Accademia Peloritana di Messina*, Milano, Civelli, 1845; Serpa Pinto, *How I Crossed Africa: From the Atlantic to the Indian Ocean, through unknown countries; discovery of the Great Zambezi affluents*, Londres, Sampson Low, Marston, Searle & Rivington, 1881, 2 vols.; Alfredo de Sarmiento, *Os sertões d’Africa: apontamentos de viagem*, Lisboa, Editor Francisco A. da Silva, 1880; I. Schapera (org.), *Livingstone’s African Journal, 1853-1856*, Londres, Chatto & Windus, 1963, 2 vols.; Idem (org.), *Livingstone’s Private Journals, 1851-1853*, Londres, Chatto & Windus, 1960; Antonio Francisco da Silva Porto, “Novas Jornadas”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 5 (1885), pp. 3-36, 145-172, 569-586, 603-642 e 6 (1886), pp. 56-62, 189-194, 255-258, 307-322, 441-452, 537-540; Saturnino Sousa e Oliveira, *Relatório histórico da epidemia de varíola que grassou em Luanda em 1864*, Lisboa, Typographia Universal, 1866; G[ustav] Tams, *Visita às possessões portuguesas na costa occidental d’Africa*, Porto, Typografia da Revista, 1850; Francisco Travassos Valdez, *Africa Occidental: noticias e considerações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

<sup>62</sup> Sobre o AHU, onde está depositada uma coleção importantíssima de documentos sobre Angola, ver José C. Curto, “A Coleção de Manuscritos Angolanos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa: para um Guia de Trabalho”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7 (1987), pp. 275-306. Para os arquivos em Angola, ver Joseph C. Miller, “The Archives of Luanda, Angola”, *International Journal of African Historical Studies*, 7 (1974), pp. 551-590; David Birmingham, “Themes and Resources of Angolan History”, *African Affairs*, 73 (1974), pp. 188-203.

<sup>63</sup> Paul E. Lovejoy, “Biography as Source Material: Towards a Biographical Archive of Enslaved Africans”, in Robin Law (org.), *Source Material for Studying the Slave Trade and the African Diaspora* (Stirling, Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1997), pp. 119-140; Idem, “Identifying Enslaved Africans in the African Diaspora”, in Paul E. Lovejoy (org.), *Identity in the Shadow of Slavery* (Londres, Continuum, 2000), pp. 1-29.